

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA N° 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO FINAL nº 266/2022
PROCESSO 125/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 18/2022

I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Empresa especializada para elaboração e implementação da gestão de segurança do trabalho e medicina ocupacional, conforme condições constantes no edital e seus anexos.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta elaborada pelo Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 18/2022, para o exame da sua regularidade e para que com isso se possa encerrar o processo licitatório.

III- RELATÓRIO

Para exame e parecer dessa procuradoria, o setor de Licitações, encaminhou o pregão eletrônico nº 18/2022, que versa sobre a contratação de Empresa especializada para elaboração e implementação da gestão de segurança do trabalho e medicina ocupacional.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa– Evento 02
- 02) Solicitação inicial – evento 03
- 04) Orçamentos – evento 04
- 05) Solicitação de Contratação– Evento 05
- 06) Parecer Contábil – evento 06
- 07) Autorização para abertura de processo administrativo de licitação – evento 07
- 08) Ato de Consórcio – evento 08
- 09) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 10) Solicitação de Parecer – evento 10
- 11) Parecer Jurídico – evento 10.1
- 12) Aviso de Licitação – evento 11
- 13) Relação de Itens – evento 11.1
- 14) Nota de anulação – evento 12
- 15) Pedido de Parecer Jurídico – evento 13

É o relatório.

IV– DO PARECER

Consta da Nota de anulação do processo que o motivo da tal providência é a “Necessidade de reformulação do Termo de Referência para adequação a novas necessidades do CONIMS”, deixando-se, com isso, de dar andamento às demais etapas do certame.

Tecnicamente falando, dadas as causas da providência, observa-se que o teor do Termo de referência contida no certame não continha vício de validade apto a gerar sua anulação, mas tão somente não está completo o suficiente para abarcar todas as necessidades do CONIMS, o que atrai o instituto da revogação, porquanto, da forma como iniciado, o pregão se tornou inconveniente aos interesses da entidade.

Sendo assim, este parecer jurídico é tão somente para pontuar que a Autoridade competente para homologar é a mesma apta a revogar o certame, não havendo necessidade, nesta fase, de intimar eventuais interessados a exercer o contraditório.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, s.m.j, com base nas razões de fato e de direito narradas, esta procuradoria se manifesta, no que tange ao plano de legalidade, pelo prosseguimento do feito.

Pato Branco, 02 de junho de 2022.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313